

OPINIÃO

Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos & Movimentos Sindical e Sociais

Mulher: dores e lutas na busca de um mundo sem violências NÃO ao Feminicídio

Maria Helena Barros de Oliveira

[Advogada. Vice Presidenta do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia NUPEGRE/EMERJ. Chefe do Departamento de Direitos Humanos e Saúde - DIHS/ENSP/FIOCRUZ]

O sol nasce e mais um dia começa, juntamente com ele nasce também Maria, que será menina, jovem, mulher e uma determinada hora idosa. Que te reserva a vida Maria?

Nasce em uma sociedade patriarcal, sexista, misógrina, racista e excludente. A violência contra a mulher é uma das formas de violação dos direitos humanos. Todos esses adjetivos substantivam a violência do dia a dia da vida de nós mulheres.

Relações desiguais, exploração no trabalho e uma sobrecarga de atividades fazendo que, por vezes, encaremos jornadas de trabalho que extrapolam o espaço limitado do mundo do trabalho. Somos mulher, mãe, trabalhadora, companheira, irmã, filha, neta e tantas outras em nossa trajetória de ser mulher. Tudo isto até estaria dentro de uma possibilidade de rearranjos e acomodações, se não perpassasse pela constante violência. São muitas as formas de violência que se expressam contra as mulheres: violência no trabalho, que se concretizam na desigualdade de oportunidades, nas diferenças salariais para menos, nos postos ainda só ocupados pelos homens, pelo assédio moral e sexual, inclusive em transportes públicos, pelas doenças e acidentes provocados pelo processo produtivo.

Uma das mais gritantes violências é o desrespeito ao direito de ser mãe. Como ser mãe e trabalhadora sem creches, sem respeito ao ato único da amamentação e sem, em última instância, ter a responsabilidade partilhada pelo ato de trazer uma pessoa ao mundo.

Violência ao estar encarcerada, que não só nos tiram a liberdade, mas todos os direitos de existir como cidadã. Parto com algemas, separada dos filhos, esquecida pelos familiares, enfim sendo excluída do mundo e arcando com as muitas dores pela ausência de ser vista como uma mulher. A realidade brasileira ainda é muito cruel e não respeita o direito das mulheres de ir e vir, de vestir o que quiser e sem ser molestada nas ruas e de trabalhar nas atividades que decidir. Não respeita nossos direitos sexuais e reprodutivos. Talvez uma das mais cruéis violências é a denominada de doméstica, porque nos atinge na nossa essência de partilhar o amor na construção de uma vida.

Quem determinou, a não ser essa miserável concepção capitalista, que seríamos mercadoria de alguém? Que estabeleceu que nossos desejos seriam oprimidos através da agressão moral e física?

Quem estabeleceu que não podemos caminhar com nossas próprios pés e traçar nosso caminho?

Ficamos estarrecidas e imensamente preocupadas porque verificamos que com o passar dos anos essa violência contra a mulher não diminui, ao contrário, assume cada vez mais proporções inaceitáveis.

Mesmo que ponderemos que hoje há um forte trabalho desenvolvido para que os casos de violência não permaneçam invisíveis e que a denúncia seja feita. Claro que como produto desse trabalho conhecemos mais os casos, eles têm adquirido mais publicidade, o que não significa que eles também não estejam aumentando. Essa violência contra a mulher culmina com sua expressão extrema que é o feminicídio, onde o Brasil ocupa a 5ª posição no mundo, relacionado à forma patriarcal e machista que estrutura nossa sociedade. Não é possível seguir com essa visão desumana e indigna de olhar a mulher como uma propriedade, como uma mercadoria que pode ser manipulada da forma que entender seu pretendido dono. Não é possível seguir com essa visão machista de que as mulheres não são iguais e que portanto são despojadas de direitos. Temos que refletir muito e mudar nossa forma de agir em relação às questões de gênero.

Uma das questões fundamentais para caminharmos na perspectiva da eliminação da violência contra a mulher é assumirmos definitivamente que a igualdade de gênero e direitos humanos é matéria fundamental nas escolas. Não se nasce machista, nos tornamos machistas, sexistas e misóginos. Como seguir ensinando nas escolas que as mulheres são menos, que fazem menos e que portanto merecem menos. É necessário extirpar de nossa sociedade essa cultura amarga do patriarcado, que deforma a mulher em sua potencialidade e capacidade de se desenvolver, de construir e definir os rumos da sociedade de forma igual e paritária com os homens. Nós podemos fazer um mundo melhor com a participação das mulheres e com muita competência. Chega de premonições e alucinações machistas que as mulheres não podem, não devem e não sabem. O Atlas da Violência 2018 mostra que, em 2016, houve 62.517 homicídios no Brasil, superando o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes. Segundo o Atlas, o total de mortes violentas no Brasil é maior do que o da Síria.

Já os dados do Monitor da Violência revelam que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Acho que devemos levar muito a sério esses números porque expressam uma sociedade muito violenta, principalmente no que diz respeito às mulheres. Seguir pensando que somos uma sociedade pacífica é uma forma de encobrir o mar de sangue que se expressa nos homicídios e feminicídios que estamos produzindo a cada ano. Lutar contra esse estado de coisas, isso sim, é buscar uma sociedade pacífica. Nos falta assumir o verdadeiro valor da vida. A vida não pode ser descartada como se não tivesse valor. Por dados como esses que nossa preocupação é imensa com as novas medidas assumidas neste momento pelo governo brasileiro, que libera praticamente de forma geral e irrestrita a posse de armas, e obviamente como consequência o seu uso. Infelizmente, estamos vivendo um período bastante difícil em todos os sentidos da construção de uma sociedade mais justa e fraterna. O decreto 9.685/19 (o das armas) vem selar um total descompasso com a construção de políticas contra a violência. Nós vemos com muita preocupação esse decreto, pois de acordo com o Dossiê Mulher de 2018 cerca de 50% dos crimes de mortes de mulheres são praticados por arma de fogo.

<p>Sem desconsiderar dados gerais de homicídios onde o Atlas da Violência aponta que 71,1% dos homicídios no Brasil foram causados por arma de fogo. Especialistas analisam que, sem o Estatuto do Desarmamento de 2003, esse número aumentaria 12%. Assumir os Direitos Humanos é assumir uma política que aponte para a paz. Precisamos construir espaços onde a denúncia da violência contra a mulher possa chegar para quebrar essa perversa relação agressão <i>versus</i> silêncio. Obviamente, que essa denúncia deve encontrar o espaço de acolhimento e de estratégias de intervenção nos focos da violência. É necessária a criação de mais centros de atendimento à mulher. Não podemos continuar com crenças obscuras que dizem “que entre marido e mulher não se põe a colher”.</p> <p>Neste contexto de violências é importante destacar a luta de muitos anos que o movimento feminista vem travando. Destaque para a Lei Maria da Penha de 2006 e a Lei do Feminicídio de 2015, que buscam intervir nessa vexaminosa situação de violências.</p>	<p>No aspecto da prevenção através da educação devemos dar destaque especial ao artigo 8º, inciso IX, da Lei Maria da Penha que dispõe a seguinte diretriz da política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar: “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.” A violência só deixará de existir se ela parar de ser retroalimentada pelo silêncio e descaso de todos nós. O combate à violência tem que ser uma questão de todos nós e não apenas da mulher que sofre violência. Dignidade é não violência e assim estaremos de fato no âmbito dos Direitos Humanos. ■■■</p> <p><i>OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.</i></p>
--	---